

Projectos e limites da CEI

À memória de alguns mortos da CEI que participaram nesta produção literária e política: Agostinho Neto, Carlos Ervedosa, Francisco José Tenreiro, José Ilídio Cruz, José Manuel Vilar e Mário António (Fernandes de Oliveira).

Quando cheguei a Lisboa, obrigado a abandonar Angola nos finais de 1957, fui morar num andar da Avenida Duque d'Ávila, no n.º 5, que ficava exactamente em frente da Casa dos Estudantes do Império. Dei-me conta que podia continuar em África, o que naturalmente fiz. Estava em Lisboa, na capital de um Império agonizante, mas podia encontrar as diferentes maneiras de viver no continente que fora obrigado a abandonar, bastando para isso atravessar a Avenida.

A CEI era mais do que uma simples associação de estudantes africanos, mesmo quando estes ainda o não sabiam, como se pode ver através do texto desolador que Sócrates Dáskalos consagrou à sua própria experiência. O mais importante não residia na criação do gueto, embora esta função fosse deveras significativa: o que mais interessava era provar a autonomia africana. A instituição era hegemónica, tendo conseguido a proeza de transformar o «império» em movimento independentista e anti-colonial.

Estava-se ainda nesses anos longe de um pensamento anti-colonial, e o país e a oposição encaravam como simplesmente natural a existência das colónias. O Partido Comunista não hesitava em instalar «agências» em alguns pontos dessas colónias. Só pude conhecer bem a «agência» de Luanda: os seus membros não repeliam a colonização, e procuravam – delicados humanistas – corrigir os seus excessos, de modo a assegurar a perenidade do modelo de dominação português.

A situação fora completamente revista em Lisboa: a Casa dos Estudantes do Império não acreditava nas boas intenções do colonialismo, denunciava com alguma veemência – às vezes um pouco infantil – os colonialistas e encaminhava-se para o único objectivo possível: a independência. Creio que uma das suas tarefas pedagógicas foi a de retirar aos futuros dirigentes políticos os cueiros luso-tropicalistas que ainda entravavam a marcha de muitos.

Não seria difícil organizar uma lista de nomes, por ordem mais ou menos alfabética, mas tal não me parece indispensável. Digamos simplesmente que os efeitos da Conferência de Bandungue, associados às intervenções mais radicais do coronel Nasser, somados às primeiras independências africanas modernas e à intervenção quase mítica dos mau-maus que todos iam conhecendo graças ao livro do Dr. Jomo Kenyatta, contribuíram poderosamente para devolver à situação africana a complexidade que lhe fora negada pela colonização portuguesa, que reduzia as relações com o continente a uma simples máquina de exploração de recursos naturais e de força de trabalho.

O programa político fora traçado com grande precisão pelos angolanos da *Mensagem*: cada país, cada nacional, tinha obrigação de descobrir o seu país. Não bastava a simples rotina de aí ter nascido: esta relação natural – quase no sentido hegeliano – exigia um complemento indispensável: definir a sua identidade e organizar o percurso para a independência. Não creio que o conceito fosse muito utilizado, mas a verdade é que não se pode compreender o funcionamento da CEI sem levar em conta esta latência: na Avenida Duque d'Ávila só havia independentistas.

Esta orientação viu-se reforçada pela actividade do CEA – o famoso Centro de Estudos Africanos, criado por Francisco (José) Tenreiro e por Mário (Pinto) de Andrade, associados a alguns outros, dos quais me parece necessário citar António Domingues, o único angolano-principês nascido em Lisboa, Julieta e Arlindo Espírito Santo, mas sobretudo de Noémia de Sousa, que também usara o lindíssimo pseudónimo Vera Micaia. Foi este o grupo que mais sentiu a violência da guerra do Bate-bá, quer dizer do massacre

decidido pelo Governador de S. Tomé, o artilheiro do Alto do Duque, Carlos de Sousa Gorgulho, em Fevereiro de 1953.

O sangue derramado na praia de Fernão Dias agiu de maneira decisiva no mecanismo africano, tanto mais que o governo salazarista não fora capaz de pôr termo à carreira do bufão trágico, tendo-o condecorado, ao que parece devido a uma intervenção de Santos Costa. O político associa-se neste momento ao literário, pois que a publicação do primeiro Caderno de poesia negra de expressão portuguesa fez-se em Abril desse mesmo ano de 1953. A poesia dizia, graças à sua carga metafórica, a beleza africana, reforçada pela beleza da independência.

Convém sempre pôr em evidência um facto sócio-político central, que nem sempre é convenientemente evocado: não existia então em Portugal um vero pensamento anti-colonial. Não havia sequer tomadas de posição individuais, a não ser entre alguns raros anarquistas. Lembro-me sempre com surpresa da primeira, e durante muitos anos única, declaração anti-colonialista que ouvi entre militantes comunistas: a de Manuel Fiúza Júnior, antigo anarquista, que de resto seria assassinado pela PIDE, na sinistríssima rua do Heroísmo, onde as caves cheiravam às flores mortas do Cemitério do Repouso.

Aceita-se hoje a ideia de ter havido pelo menos um esboço de pensamento anti-colonialista: leiam-se os textos consagrados às «colónias» pelos autores portugueses e envergonhem-nos pensando no que foi capaz de escrever um homem inteligente como o Dr. Brito Camacho, Alto-Comissário da República em Moçambique. Podia acrescentar-lhe a boa vontade da excelente senhora que era Maria Archer, que quis ser uma figura eminente da Oposição, ou o bom-colonialismo de um jornalista da *República*, como Julião Quintinha.

A ausência deste pensamento anti-colonialista enraíza na legitimação da colonização e dos seus aspectos mais negativos, como a escravatura ou o trabalho forçado. A língua portuguesa mantém ainda os restos dessas razões, pois que se trabalha ainda hoje «como um escravo», «como um mouro» ou «como um preto». Não se trabalha nunca como um branco, pois que o próprio do branco será exactamente o não-trabalho. Nestas condições

compreende-se a lógica da dominação, tal como se explica a dinâmica da guerra e o facto de alguns representantes da esquerda inteligente terem feito a guerra sem experimentarem o mínimo remorso. Não citarei nomes, porque são eles demasiado conhecidos

Face a esta situação, havia que procurar organizar a reflexão, não hesitando em denunciar a própria condição do estudante africano em Portugal. A primeira grande violência colonialista residia nessa operação singular, que possuía dois aspectos complementares: a decisão de não criar universidades nas colónias, mesmo se estas eram administrativamente províncias ultramarinas, e a necessidade de se instalar em Portugal para frequentar uma universidade. Os custos da operação reduziam as possibilidades dos africanos. Não poderei esquecer a amargura de Mário António, numa tarde já antiga dos anos 54-55, dizendo-me, entre o palácio do governo geral e a cacimba da Maianga, a sua amargura por não poder licenciar-se, devido aos limitados meios financeiros da família.

Simultaneamente não se considerava a existência de uma literatura africana, e alguns africanos duvidavam deles próprios, não assumindo a sua condição de criadores de literaturas novas. Essa incerteza aparece até em muitos autores cabo-verdianos, que foram contudo os primeiros a superar as obras individuais para agir criticamente como uma colectividade cultural, capaz de se exprimir através de uma literatura que procurava assumir tanto os elementos do real quotidiano, como os do imaginário que libertava os homens da sua condição de dominados.

Só com efeito nos anos 20 começa a esboçar-se uma análise crítica do projecto literário, mal esboçada pelos cabo-verdianos da geração republicana. Mas tanto em Cabo Verde na *Claridade*, como em Angola na revista *Angola*, se procurava definir o projecto cultural. Dado não ser possível analisar o projecto político, devido à repressão colonial e à violência da censura, os intelectuais analisam a questão servindo-se do arsenal estilístico, da metáfora à metonímia e à sínecdoque. Tanto na *Claridade* como na *Angola*, se começa a esboçar o perfil de uma autonomia literária, que não pode deixar de se completar por via do discurso e sobretudo da prática política.

Simplesmente, essas operações não eram conhecidas em Portugal, onde só fora ouvida a voz poética de Francisco José Tenreiro, que em 1942 pudera publicar no Novo Cancioneiro a *Ilha de nome santo*, que exprimia a maneira de ver dos pan-africanistas. Poema que fora precedido por uma tentativa de Orlando Mendes, infinitamente menos decidida na assunção da condição de africano descendente de africanos escravizados. A África era então um continente sem boca, ou com a boca amordaçada, e por isso necessariamente sem voz. Quer dizer, sem literatura reconhecida. A situação não melhorou senão sob a pressão das publicações da Casa dos Estudantes do Império, reforçada por intervenções complementares, sendo a cabo-verdiana a mais importante. A capacidade de leitura dos portugueses, críticos ou professores de literatura, leitores anónimos e normais, era por isso particularmente inexistente. É certo que aqui e ali se tinha registado uma pequena erupção de textos mais virados para o exótico, mas que se satisfaziam com essa orientação. O Outro africano não passava de um elemento singular de uma natureza também singular, e por isso despojado de qualidades. Nessas condições, era difícil, digamos simplesmente impossível, reconhecer a existência de uma escrita, menos ainda de um projecto literário.

Os esforços feitos pelos jovens escritores que se encontravam em Portugal nos anos 50 saldaram-se por um fracasso notório. Organizaram-se todavia várias sessões literárias de propaganda e a juvenilíssima Alda Lara mobilizou os seus talentos de *disease* para assegurar a banalização de alguns autores e de alguns poemas. A delegação coimbrã da CEI, onde se concentravam alguns jovens autores africanos, não conseguiu mais do que uma atenção polida, que se devia a pessoas que procuravam mostrar o que sabiam. Talvez por isso, Alda Lara exaltava o seu país natal, proclamando a certeza de voltar e apostando a sua vida nesse regresso.

A primeira antologia organizada pela CEI, foi consagrada a Moçambique: os dois compiladores foram Victor Evaristo, aluno então de engenharia, e Orlando de Albuquerque, que frequentava medicina. Todavia os dois autores, ambos europeus, não acreditavam na existência de uma poesia realmente moçambicana, o que explica a discreção do título desta antologia –

Poesia em Moçambique –, isto mau grado a presença de Ruy de Noronha, que não podia ser senão o autor de uma poesia realmente moçambicana. Esta restrição possui a enorme qualidade de revelar não só as incertezas culturais de cada país, mas sobretudo a falsa certeza de que a produção literária só podia ser realmente portuguesa.

O paradoxo reside todavia no facto de ser possível reunir, num pequeno volume ciclostilado, a poesia mais significativa – porque a menos portuguesa – de uma «província ultramarina». As condições da criação não dependiam já exclusivamente de Portugal, o que era sobretudo visível na poesia de Noémia de Sousa, evidentemente a mais anglófona dos poetas moçambicanos. Este esteio anglófono, também presente na poesia de Francisco José Tenreiro, sublinhava a singularidade da poesia africana, num momento em que ainda se não reparara muito na genealogia anglófona de uma parte substancial da obra de Fernando Pessoa.

A crítica portuguesa mostrou-se soberbamente indiferente à produção literária dos africanos, fosse em Portugal, fosse em África. A simples consulta de uma revista como a *Vértice* sublinha a raleza das referências ou das publicações. Lisboa, graças a Tenreiro e ao seu cunhado Carlos Alberto Lança, publicara alguns poemas na antologia *Contos e poemas*, que não viveu muito tempo, e que não alcançou uma grande difusão. E não poucas vezes os críticos, mesmo bem intencionados, manifestavam um singular desconhecimento dos particularismos geo-físicos e geo-culturais, repetindo por isso, mesmo quando o não desejavam, a cartilha do bom colonialista.

Situação tornada mais complexa pelos prémios da muito oficial Agência Geral das Colónias, que ia premiando, ano após ano, os *melhores autores* coloniais. Durante muito tempo foi praticamente impossível conseguir abrir uma brecha nessa muralha colonialista, havendo que referir as boas intenções de Álvaro Salema, a actividade frenética de Amândio César – com este nome e com o pseudónimo de Margarido Pires –, e a contribuição arguta de Carlos Cunha, que co-dirigiu a segunda fase do «Diálogo» – suplemento cultural do *Diário Ilustrado* – antes de lhe ser confiada a terceira fase deste suplemento. Desgraçadamente Carlos Cunha comprometeu-se excessi-

vamente com a PIDE, organizando a vigilância dos intelectuais portugueses em Paris, o que o tornou indigno das referências culturais.

Nestas condições a CEI e as suas edições acabaram por se transformar não em gueto, mas em força virada para dentro, exprimindo as diferentes tendências das opções políticas dos países africanos. A partir de 1958, sabia-se que o único objectivo era a independência, e as actividades editoriais da CEI iam todas nesse sentido. Já tive oportunidade de explicar inclusivamente a razão pela qual se não elaborou nunca uma antologia da poesia africana englobando todos os poetas, tal como fizera Mário Pinto de Andrade: não nos parecia nem útil nem conveniente dissolver as pulsões nacionais de que a poesia era portadora, em volumes concentrando todos os criadores. Esta lógica da frente unida poética, que fora certamente útil em 1953, que ainda se podia aceitar em 1958, já não podia ser eficaz nos anos subsequentes, após a estruturação dos movimentos de libertação. Estes volumes autónomos tinham por missão dar a ler, dar a compreender, a lógica das consciências nacionais, tal como a poesia as podia assumir.

Não sem contradições: pode mostrar-se sem dificuldade que persistiam compromissos, que levaram todas as antologias a incluir a produção literária dos colonos, excepto no caso da antologia dos poetas de S. Tomé e Príncipe, que, por razões políticas, foi a última deste ciclo. A antologia de Cabo Verde, que ainda comecei a organizar mas não acabei, deixando o prefácio a meio caminho, insistia na rejeição dos colonos ou até de falsos autores cabo-verdianos, como penso que continua a ser o caso de Daniel Filipe, todavia um autêntico poeta português, combinando a sua socialização lisboeta, a memória de Trás-os-Montes familiar e paterno e as reminiscências da Boavista, onde sua mãe nascera.

Só a guerra colonial conseguiu abrir a boceta desta Pandora literária, recrutando outros leitores, capazes de aceitar a existência de literaturas africanas, e não hesitando em reconhecer a dignidade dos autores africanos. Dignidade criadora, que subitamente vinha explicar a necessidade da luta armada, face aos portugueses que não queriam reconhecer a autonomia dos africanos. Pode por isso afirmar-se que só a conjunção campanha Humberto

Delgado, operação do Santa Maria, começo da guerra de libertação em Luanda a 4 de Fevereiro de 1961, conseguiram desbloquear a situação. A violência da guerra podia ser explicada pela poesia: o que se esperava não era nem a morte nem o sofrimento, mas a esperança e a liberdade, para não dizer a felicidade.

Ao fechar em 1965 a CEI, o governo português, sob a pressão do ministro Silva Cunha, reconhecia o carácter *perigoso* da CEI: era todavia demasiado tarde. Tanto no plano político como no plano literário a instituição fora capaz de assumir as suas tarefas. Não sem dificuldades, pois fora necessário improvisar um sector editorial, em circunstâncias particularmente difíceis. A verdade contudo é que se pretendia devolver a voz e a palavra aos falsos mudos da criação literária. E queria-se também que esta literatura fosse teoria e grito. Creio que a tarefa foi plenamente cumprida. Hoje ninguém duvida, nem os racistas mais apaixonados, do talento literário dos africanos. Tal como acabarão por acreditar que as democracias africanas podem ser elaboradas e geridas pelos criadores literários. Inelutavelmente.

Alfredo Margarido é professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e na Universidade Autónoma (ambas de Lisboa). Foi professor em várias universidades francesas, desde 1964. Pertenceu à Casa dos Estudantes do Império. Com Mário de Andrade e Manuel Ferreira, é um dos históricos dos estudos literários africanos. Investigador e pensador multifacetado, é autor de uma extensa bibliografia, de que se destaca, na área africana, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa* (1980).